

MANDIOCA E CACHAÇA NA MISSA: a criação de um mito jornalístico sobre a Revolução Pernambucana de 1817

Rafael Vilaça Epifani Costa
Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP
rafaelvilaca.e.costa@gmail.com

Resumo: Este trabalho surgiu da leitura de matérias jornalísticas veiculadas na mídia brasileira em 2017, em face das comemorações do bicentenário da Revolução Pernambucana de 1817, também chamada de Revolução dos Padres. De acordo com tais matérias, durante o processo revolucionário, padres pernambucanos começaram a utilizar a mandioca no lugar do trigo da hóstia e a cachaça no lugar do vinho, durante as missas, como uma maneira de afirmar uma identidade genuinamente pernambucana na Igreja da República recentemente instaurada. Traçando o perfil da Igreja Católica em Pernambuco nesta época, a partir do Seminário de Olinda, e como ela teve sua participação nos eventos de 1817, buscaremos averiguar se existem fontes que confirmem este dado histórico apresentado nas matérias. E quais seriam as consequências para a Igreja local, caso tal mudança na liturgia tivesse ocorrido. Para a análise, utilizaremos obras sobre a história da Revolução Pernambucana e entrevistas com especialistas na área, cruzando tais informações com os dados veiculados nas matérias.

Palavras-chave: Revolução Pernambucana de 1817. Igreja Católica no Brasil. Fact-checking.

1. Introdução

Deflagrada durante o período do Brasil Império, a Revolução Pernambucana de 1817 foi o primeiro levante que passou da fase de conspiração, chegando a levar a cabo a instauração de uma República, rompendo os laços políticos e administrativos com o regime monárquico português, dominando grande parte do litoral norte da região Nordeste. Além do estabelecimento do regime

republicano, a Revolução criou uma Constituição que garantia direitos até então inexistentes no país, dentre os quais se encontravam a liberdade de pensamento, a liberdade de imprensa e a liberdade religiosa.

Apesar de ter sido conduzida por militares e membros de lojas maçônicas locais, entanto, a difusão das ideias iluministas e republicanas deveu-se aos membros do clero católico, oriundos do Seminário de Olinda. A importância dos religiosos foi tão fundamental para a organização da Revolução, que o levante ficou conhecido como "Revolução dos Padres".

Em março de 2017, as comemorações dos 200 anos Revolução Pernambucana foram destaque em uma série de reportagens e matérias veiculadas tanto em revistas e jornais quanto nas redes sociais, ganhando destaque em muitos meios de comunicação de Pernambuco e do Brasil. Em muitas das matérias veiculadas, um dado sobre a Revolução foi destacado, seja nos títulos ou no corpo dos textos.

Segundo tais matérias, além da participação maciça do clero e a sua importância na difusão das ideias iluministas importadas da Europa, os religiosos pernambucanos começaram a usar nas missas a farinha da mandioca para fabricar as hóstias, em vez do trigo de Portugal, e a cachaça local em vez do vinho europeu, com o intuito de boicotar os produtos importados pela Coroa, ao mesmo tempo em que buscavam estabelecer uma identidade religiosa local.

Este trabalho tem por marco de pesquisa tais dados históricos, veiculados nas respectivas matérias e compartilhados entre outros veículos de comunicação do país. Diante dessa premissa, surgiu o interesse de analisar a autenticidade dos referidos dados, uma vez que tais atos poderiam trazer consequências para o clero local como um todo, uma vez que tais mudanças alcançariam o centro da liturgia da Igreja Católica.

Para esta pesquisa escolhemos o método qualitativo para a análise da bibliografia especializada sobre a Revolução Pernambucana. Também foi incluído um depoimento do professor de História, Flávio Cabral, da Universidade Católica de Pernambuco.

2. A Revolução Pernambucana vira notícia

No estado de Pernambuco, os 200 anos da Revolução Pernambucana foi comemorado com uma série de solenidades realizadas no Palácio do Campo das Princesas, na Assembleia Legislativa, em Universidades e outras instituições. Dentre os eventos que aconteceram, tiveram destaque

exposições em museus, palestras com especialistas, desfiles militares e cerimônias cívicas.

O bicentenário ganhou destaque nos meios de comunicação locais e nacionais, que recontaram a Revolução a partir de sua importância história, dos esforços das lideranças, e da originalidade do movimento ao instaurar a primeira República do país. De certo modo, esta ênfase na Revolução, quase ufanista, se desenvolveu em torno da busca de resgatar a memória desse período da história de Pernambuco, esquecido durante o Estado Novo e a Ditadura Militar, por sua característica radicalmente democrática. Neste sentido, foram criados alguns marcos, como a Data Magna do dia 6 de março, como feriado civil estadual e a inclusão, em 2011, do nome de Domingos José Martins, um de seus líderes, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

O que chamava a atenção em tais reportagens era o dado apresentado, segundo o qual, durante a Revolução, os padres pernambucanos passaram a utilizar a farinha de mandioca para a confecção das hóstias e a cachaça pernambucana no lugar do vinho. Segundo os textos, essa inovação feita durante as missas,

Neste trabalho utilizaremos algumas das matérias para a análise. Todas foram veiculadas por grandes grupos de comunicação nacionais, a exemplo de O Globo (GOIS, O Globo, 12 mar. 2017); locais, como a Folha de Pernambuco (FOLHA PE, 06 mar. 2017) e o Jornal do Commercio (ALBERTIM, JC ONLINE, 10 jan. 2017), e também por sites governamentais, como o do Ministério da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 10 mai. 2017) e do Multi Rio (ABI-RAMIA, Multi Rio, 17 nov. 2016), do Governo do Rio de Janeiro. As mesmas informações também foram compartilhadas em diversos sites privados, em blogs, e também em comunidades e grupos de redes sociais, em especial, o Facebook.

A partir deste ponto levantamos questões que serão respondidas: Existem fontes históricas e bibliográficas que comprovem tal informação veiculada pela mídia? Por quais razões os clérigos ligados à Revolução teriam decidido substituir os elementos da Eucaristia por produtos regionais? E quais consequências tal atitude poderia trazer para a Igreja em Pernambuco?

3. Padres revolucionários, mas nem tanto

Sabemos que, dentre as razões que levaram o estopim da Revolução se encontravam os crescentes impostos cobrados pelo Rio de Janeiro para custear os funcionários e os membros da Corte Portuguesa. O atraso de salários dos soldados pernambucanos, juntamente com a escassez

da seca de 1816 e o alto custo dos produtos, criou um clima de insatisfação entre o povo e os funcionários do governo local. Com a situação fora de controle do governo da Capitania de Pernambuco, em 06 de março de 1817, aqueles que o protegiam se voltaram contra ele, e assim, a Revolução eclodiu.

> Em seis de março de 1817 teve início a revolução de Dezessete. Eis que o povo se juntou aos revolucionários talvez visando na revolução uma oportunidade para remediar os abusos sofridos. Foi então que "o Povo se tornou Soldado, e protector dos Soldados, porque eram Brazileiros como elles". Segundo uma testemunha, "correram talvez 400 pessoas de todas as cores e idades, descalços, e quase nus pela maior parte, armados de chuços, espingardas, e espadas, à testa dos quais se viu Domingos José Martins, e mais cabeças da desordem". Tais indivíduos de diversas cores, sem ao menos um calçado e quase sem uma roupa que minimamente os vestissem eram os que mais acometidos pela fome, carestia e peso dos impostos. Tanta prova que as gentes simples correram em alvoroço à casa de um rico negociante de Pernambuco, acusado de monopolizar a mandioca (FRANÇA, 2015, p. 27-28).

O sentimento de independência da Coroa Portuguesa era comum a entre todos, ao ponto que "os pernambucanos tratava-se por "Patriotas", e os eram, de verdade, pois chegavam a desprezar os produtos do Reino, como queijos e vinhos finos, consumindo apenas comidas regionais e cachaça, com frutas da terra" (CALVACANTI, 2009, p. 76). Porém, aqui devemos frisar que, antes mesmo do início da Revolução o boicote aos produtos vindos da Europa ganhou uma face simbólica e ao mesmo tempo decisiva, tanto para o movimento revolucionário quanto para o nosso estudo. Naquele período os pernambucanos passaram a organizar festas chamadas de *banquetes brasileiros.* Segundo p pesquisador Gilberto Vilar de Carvalho estes banquetes tinham por característica o sentimento nacionalista e adesão de todas as classes.

> Esse nacionalismo tão puro e tão sincero já tinha mesmo um símbolo de comovedora beleza, na sua simplicidade e espontaneidade: eram os chamados *banquetes brasileiros*. Neles, os patriotas, querendo significar a sua revolta contra o poder e a ostentação dos portugueses, talvez mais ainda para mostrar que a pobreza do povo colonizado era o ponto de partida de todo aquele idealismo, reuniam-se, nos grandes momentos, em torno de uma mesa e brindavam as discussões, as resoluções, os tratos de vida e de morte, não com o fino vinho europeu e os delicados bolinhos de trigo de Portugal, mas com a velha cachaça e a bem brasileira farinha de mandioca. Padres, políticos, militares, professores, intelectuais, fazendeiros, ricos e pobres, todos comiam e bebiam no banquete rústico, sem as finuras da mesa européia, porque queriam simbolizar nesse ato um Brasil livre, mesmo que sem nobreza ou os requintes da civilização de além-mar (1980, p. 27)

Aqui, percebemos dois fatos. O primeiro deles é que os referidos *banquetes* possuíam uma face política, de afirmação e construção de identidade de um povo colonizado contra o monopólio

da Metrópole. Estes não possuíam uma motivação religiosa. O segundo fato é que, apesar da forte presença da Igreja Católica na vida da sociedade pernambucana, o clero participava dos *banquetes* na condição de cidadão, assim como os demais. Isso é atestado em um documento da época, registrado pelo viajante francês Louis-François de Tollenare.

> Fazíamos mesmo preparativos para fugir pela porta de trás... Foi então que o Padre João Ribeiro, deixando as tropas que o cercavam, dirigiu-se para o nosso lado. Receando a sua intenção, retirei-me da janela. Bateu na porta, mandei-lhe abri-la e ele entrou. – 'Soou a hora da liberdade', exclamou, lançando-se nos meus braços, 'o Brasil está liberto dos seus tiranos' [...] Pediu para beber e, tomando um copo, propôs-me um brinde à liberdade do Brasil [...] Fiz retirar o vinho do Porto, que estava sobre a mesa, e servi o vinho de França. Ele pediu aguardente (1956, p. 212-213).

As ideias de igualdade entre os cidadãos e de liberdade de imprensa e religiosa, típicas do pensamento de Voltaire, eram aceitas naturalmente pelo clero pernambucano, que nutria uma quase devoção ao conhecimento enciclopédico, visto que os padres oratorianos, designados pelo Bispo Azeredo Coutinho para administrarem o Seminário de Olinda recém-inaugurado, eram abertamente iluministas. De acordo com Gilberto Vilar de Carvalho (1980, p. 67), eles ensinavam "um Cristianismo objetivo, utilitário e, como podemos dizer, tecnológico, dentro da linha iluminista".

> Outro exemplo mais claro ainda da influência iluminista no clero brasileiro, com ressonâncias em toda a sociedade, foi o Seminário de Olinda fundado em 1800, por Azeredo Coutinho, Bispo de Olinda, onde se repudiou a escolástica e se deu relevo às ciências. Azeredo Coutinho era um liberal, discípulo de Adam Smith, e orientou o Seminário de Olinda pelas reformas pombalinas, em grande parte inspiradas no enciclopedismo. O Seminário de Olinda era um centro de ideias liberais, pois seus professores, padres seculares e regulares, sobretudo os oratorianos, que além de liberais eram cartesianos, tinham cursado a Universidade de Coimbra, de influência pombalina. Capítulo pouco estudado do pensamento brasileiro é o jansenismo. As referências são parcas e quase sempre indiretas* por parte dos historiadores católicos, mas os missionários protestantes dos primeiros tempos, ao descreverem atitudes de padres seculares diante de suas pregações e distribuição de Bíblias, fornecem hipóteses de que o número de jansenistas não era insignificante (MENDONÇA, 1987, p. 223).

Um registro anônimo à época de 1817 lança pesadas críticas ao Seminário de Olinda, dizendo que seus alunos "mostravão ter aprendido somente três pontos: 1) duvidar de tudo; 2) aborrecer Livros; 3) a ignorar os de Theologia!" (ANÕNIMO, 1977, p. 93). Apesar desse cenário propício para um rompimento com a doutrina, a disciplina e a liturgia católicas, o clero revolucionário não levou a cabo um cisma na Igreja pernambucana.

> É fora de dúvida que não se tratou de uma guerra de religião: toda a população era praticamente católica, afora alguns judeus que não foram incomodados. Nem sequer foi uma luta anticlerical, pois, pelo menos, oficialmente, não havia qualquer pendência entre a Igreja e o Estado – o Estado se achava tão cristão e clerical quanto o próprio clero! (CARVALHO, 1980, p. 67).

Como dito no início deste trabalho, uma das mais importantes mudanças que o processo revolucionário criou na esfera religiosa foi o direito da liberdade de culto, até então inexistente na história do Brasil sob o domínio português. No passado da história de Pernambuco, durante o período Holandês, o conde Maurício de Nassau estabeleceu a liberdade de culto, permitindo a presença e exercício da fé de católicos e judeus, juntamente com os calvinistas, sob a condição de que pagassem os devidos impostos à Companhia das Índias Ocidentais. Porém, não havia uma constituição promulgada na *Mauritsstad*. Embora a Constituição Republicana de 1817 estabelecesse a direito da liberdade de culto, a hegemonia da Igreja Católica nunca esteve ameaçava, mas foi reafirmada como religião oficial do Estado.

> O parágrafo 23 reafirmava a religião católica romana como religião do Estado, mas introduzia uma inovação, então, revolucionária: "todas as mais seitas cristãs de qualquer denominação são toleradas. É permitido a cada um dos ministros defenderem a verdade da sua comunhão. É-lhes, porém, vedado o incentivar em púlpito e publicamente umas contra as outras, pena de serem os que o fizerem perseguidos como perturbadores do sossego público. É proibido a todos os patriotas o inquietar e perseguir a alguém por motivos de consciência (BERNARDES, 2002, p. 207).

Ainda sobre a questão da tolerância religiosa, podemos apontar que um movimento de oposição a esse período assim dito "liberal", dentro da Igreja Católica, surgiu logo em seguida, com uma ênfase na autoridade papal enquanto Chefe da Igreja Romana, através da promulgação de uma série de Bulas Papais, como a *In eminenti apostolatus specula*, 1738, do Papa Clemente XII, e a *Quanta cura*, 1864, e a *Pastor aeternus*, 1871, do Papa Pio IX, que, respectivamente, combatiam as ideias iluministas e condenavam a Maçonaria, apontava os erros de oitenta ideias da modernidade, e estabelecia o dogma da infalibilidade papal, sendo esta última aprovada durante o Concílio Vaticano I.

Não é por acaso que Dom Vital, adepto do Ultramontanismo, foi escolhido para a Arquidiocese de Olinda e Recife, em 1872, logo entrando em confronto com a Maçonaria local por conta da Questão Religiosa, marcando seu episcopado pelo rigor na defesa da doutrina e no clericalismo que se fortaleceu nas décadas seguintes dentro do Seminário de Olinda.

4. Confrontando as notícias

Analisando o conteúdo de algumas das matérias apresentadas, percebemos que os argumentos levantados sobre o uso da mandioca e da cachaça durante as missas sempre vêm acompanhados de comentários de historiadores e pesquisadores do assunto. Porém, nenhum deles cita a substituição de tais elementos durante as missas, de modo que estamos diante da construção de uma colcha de retalhos, que busca fundamentar a narrativa proposta.

Em uma delas, a reportagem apontava que "Era uma época em que a cana de açúcar substituía o vinho europeu e a mandioca e entrava nas hóstias das missas de padres republicanos. "O ideário da representatividade popular cresceu muito com a revolução", lembra Córdula" (ALBERTIM, JC ONLINE, 10 jan. 2017). Já a matéria de O Globo dizia que "O espírito nacionalista era tão forte entre os revolucionários que alguns hábitos europeus foram substituídos, inclusive na missa: As hóstias eram feitas de mandioca. E o "vinho" era... aguardente de cana" (GOIS, O Globo, 12 mar. 2017). Em outra reportagem da Folha de Pernambuco temos:

> "Quando o novo governo tomou conta, mensagens começaram a chegar mandando tirar os símbolos reais. Os brasões da Coroa eram retirados e quebrados, os retratos do rei colocados de cabeça para baixo", relata o professor da Universidade Católica de Pernambuco, Flávio Cabral. Hábitos europeus foram substituídos por costumes genuinamente locais. O pão de trigo foi substituído pela tapioca e o vinho pela cachaça, mudando, inclusive, a celebração das missas onde as hóstias eram feitas de mandioca. No tratamento, o formal vosmicê foi trocado pelo então informal "vós" e os revolucionários faziam questão de se referir entre eles como "patriotas" (FOLHA PE, 06 mar. 2017).

Após a leitura e análise das fontes aqui apresentadas, entramos em contato com o professor Flávio Cabral, pesquisador da Revolução Pernambucana, que após ter conhecimento sobre nossa pesquisa, comentou a respeito da natureza dos banquetes brasileiros e sua ligação com as missas celebradas pelo clero pernambucano: "Nunca vi isso nos documentos. Banquetes só nas casas, como cheguei a falar no meu livro, mas na Eucaristia não procede" (CABRAL, 20 ago. 2017). O professor Flávio ainda acrescentou que "muita gente gosta de fazer história sem declinar as fontes. Portanto, sem elas tudo cai por terra" (20 ago. 2017).

Verificamos que a primeira vez que tal informação sobre a mudança nos elementos da Eucaristia foi citada na primeira edição do artigo da Wikipédia sobre a Revolução, publicado às 20h08min do dia 21 de dezembro de 2004. Ao longo das sucessivas alterações realizadas no artigo a informação foi mantida, permanecendo o seguinte trecho inalterado até hoje:

> À medida que o calor das discussões e da revolta contra a opressão portuguesa aumentava, crescia, também, o sentimento de patriotismo dos pernambucanos, ao ponto de passarem a usar nas missas a aguardente no lugar do vinho e a hóstia feita de trigo, como forma de marcar sua identidade (WIKIPÉDIA, 21 dez. 2004).

A última alteração neste artigo foi feita às 15h52min de 24 de dezembro de 2017, ainda mantendo a informação sobre o uso da mandioca e da cachaça. Desse modo, o nosso estudo aponta que tal dado foi veiculado pelos jornais a partir de uma interpretação equivocada sobre a natureza dos banquetes brasileiros, misturando informações corretas com a informação incorreta presente no artigo da Wikipédia, cujo autor original até o momento não conseguimos identificar. Vale salientar que o mesmo parágrafo foi copiado e reproduzido *ipsis litteris* em matéria veiculada no site Ministério da Cultura (MINISTÉRIO DA CULTURA, 10 mai. 2017) e no Multi Rio (ABI-RAMIA, Multi Rio, 17 nov. 2016).

5. Conclusões

Sem sombra de dúvida o clero pernambucano participou ativamente da Revolução, influenciando a criação de um governo republicano a partir da difusão do pensamento iluminista entre as elites pernambucanas. Porém, os padres envolvidos realizaram mudanças apenas de ordem social e política, não religiosas.

> Portanto, não resta dúvida que o clero exerceu uma liderança, e essa liderança se consolidou no papel de agentes da doutrinação política. E, mais: o caminho das pedras da expansão insurgente, interior adentro, seguiu as trilhas da organização eclesiástica, envolvendo vigários, igrejas, missas e até os Livros de Tombo das paróquias. Esses argumentos confirmam não apenas a participação dos padres, mas também reforçam a razão mesma desse engajamento militar, doutrinário e de liderança qualificada (SIQUEIRA, 2009, p. 203).

Até que se encontrem novas fontes que contestem o que foi exposto aqui, é impossível afirmar que os padres substituíram o trigo e o vinho pela mandioca e a cachaça em suas missas. Primeiro, porque este ato esbarraria nos manuais litúrgicos da época, alterando a "matéria" da Eucaristia, portanto, não apenas tornando o Sacramento nulo, como também recorrendo em heresia diante do que a Igreja ensinava desde o Concílio de Trento. Da mesma forma, apesar do forte envolvimento do clero, os motivos que levaram à Revolução eram essencialmente sócio-políticos,

não religiosos.

Apesar da circulação de ideias jansenistas, e da adoção de muitos princípios oriundos do Iluminismo, o clero pernambucano não pretendia romper institucionalmente com a Igreja Católica Romana ou fundar uma Igreja Nacional, como pretendia o Padre Feijó, a exemplo de processos de ruptura que aconteceram na Igreja da Inglaterra, com Henrique VIII, ou na Igreja Católica Brasileira, em 1945, com Dom Carlos Duarte Costa. Os sentimentos nacionalistas, estes sim, foram o centro da celeuma que estabeleceu uma quebra com os vínculos europeus da Colônia, buscando nos elementos e símbolos regionais a base para a firmação de uma identidade genuinamente pernambucana, patriota, ou até mesmo brasileira, opondo-se a tudo o que significava "ser português" ou "ser europeu".

Não existe História sem a existência de fontes, e no caso da Revolução Pernambucana, é preciso analisar com bastante cuidado os fatos históricos, para não cair no equívoco de sair divulgando informações inexistentes ou que não procedem. Da mesma forma, é preciso tomar cuidado para não se criar uma aura mitológica em torno dos eventos e das pessoas envolvidas, uma vez que os mesmos estão intimamente ligados com os sentimentos religiosos e políticos da sociedade em geral.

Uma vez que estamos tratando de veículos de comunicação de grandes massas, é imprescindível uma apuração criteriosa dos fatos para evitar situações semelhantes como esta que foi apresentada neste trabalho.

6. Referências

ABI-RAMIA, Jeanne. **A Revolução Pernambucana.** Multi Rio, 17 nov. 2016. <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/artigos/11641-revolu%C3%A7%C3%A3o-pernambucana-de-1817>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ALBERTIM, Bruno. **Revolução de 1817 inspira exposição coletiva.** JC ONLINE, 10 jan. 2017. Disponível em: <http://jconline.ne10.uol.com.br/canal/cultura/artes-plasticas/noticia/2017/01/10/revolucao-de-1817-inspira-exposicao-coletiva-266291.php>. Acesso em: 27 ago. 2017.

ANÔNIMO. **Revoluções do Brasil.** Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano. Recife: 1977, vol. 29, reedição fac-similar.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Alderado & Rothshild Editores, 2002.

CABRAL, Flávio José Gomes. **Entrevista concedida a via Whatsapp.** Recife, 20 ago. 2017.

CALVACANTI, Carlos Bezerra. **Efemérides Pernambucanas.** Recife: Ed. do Autor, 2009.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **A liderança do clero nas revoluções republicanas – 1817-1824.** Petrópolis: Vozes, 1980.

FOLHA PE. O **pão de trigo foi substituído pela tapioca e o vinho pela cachaça.** 06 mar. 2017. Disponível em: <http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/especial/2017/03/06/NWS,19975,70,563,NOTICIAS,2190-O-PAO-TRIGO-FOI-SUBSTITUIDO-PELA-TAPIOCA-VINHO-PELA-CACHACA.aspx>. Acesso em: 27 ago. 2017.

FRANÇA, Wanderson Édipo de. **Gente do povo em Pernambuco**: da Revolução de 1817 à Confederação de 1824. Universidade Federal, de Pernambuco-UFPE, Recife, CLIO – Revista de Pesquisa Histórica, nº 33.1, 22 jun. 2015. pp. 23-44.

GOIS, Anselmo. **Sobrou para Tiradentes: A Inconfidência Mineira parece coisa da esquerda festiva.** O Globo, 12 mar. 2017. Disponível em: <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/sobrou-para-tiradentes-inconfidencia-mineira-parece-coisa-da-esquerda-festiva.html>. Acesso em: 27 ago. 2017.

HOORNAERT, Eduardo. **O cristianismo moreno do Brasil**. Vozes: Petropólis, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **Inserção dos protestantismos e "Questão Religiosa" no Brasil, século XIX (reflexões e hipóteses).** Revista Estudos Teológicos.v. 27, n. 3, 1987, p. 219-237.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Revolução Pernambucana de 1817: O berço da democracia brasileira.** 10 mai. 2017. Disponível em: < http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/revolucao-pernambucana-de-1817-o-berco-da-democracia-brasileira/10883>. Acesso em: 27 ago. 2017.

SIQUEIRA, Antonio Jorge. **Os Padres e a Teologia da Ilustração** – Pernambuco, 1817 / Antonio Jorge Siqueira. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

SOUZA, Francoise Jean de Oliveira. **Religião e Política no Primeiro Reinado e Regências:** a atuação dos padres políticos no contexto de formação do Estado imperial brasileiro. In: Almanack Brasiliense, nº 08, São Paulo, 2008.

TOLLENARE, L. F. **Notas Dominicais Tomadas durante uma Viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817, 1818.** Salvador: Livraria Progresso Editora, 1956.

WIKIPÉDIA. **Revolução Pernambucana.** Edição arquivada, 21 dez. 2004. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Revolu%C3%A7%C3%A3o_Pernambucana&oldid=168760>. Acesso em: 02 jan. 2018.